

## **Desenvolvimento de Abordagens Participativas no Planeamento Florestal Português**

**Fernando Santos\*, Helena Martins\*\* e José G. Borges\*\*\***

\* Investigador

\*\*\* Professor Associado

Departamento de Engenharia Florestal. Instituto Superior de Agronomia, Tapada da  
Ajuda, 1349-018 LISBOA

\*\* Eng<sup>a</sup> Florestal

Metacortex, Modelação e Aplicações Tecnológicas. MADAN Parque, PCTAS, Campus  
da FCT-UNL, 2829-516 CAPARICA

**Sumário.** Os processos de planeamento devem ser desenvolvidos de forma participativa, com o envolvimento dos agentes com competências, responsabilidades e interesses no uso e gestão dos recursos naturais. Os benefícios resultantes de uma abordagem participativa podem verificar-se quer ao nível da elaboração, quer ao nível da implementação do plano. Apesar das barreiras que se colocam muitas vezes ao nível institucional e de alguns custos que estes processos acarretam, as vantagens do planeamento participativo são significativas.

A análise do contexto processual e a análise dos agentes são fases fundamentais que precedem o desenvolvimento do processo participativo associado ao processo de planeamento. A gestão da participação de forma integrada e estruturada procura garantir maior eficácia ao processo, e consequentemente ao próprio plano.

Este artigo visa apresentar e discutir o desenvolvimento de abordagens participativas no contexto nacional de planeamento florestal, analisando as suas principais condicionantes e potencialidades, procurando demonstrar a sua crescente importância ao nível dos processos de planeamento.

**Palavras-chave:** planeamento participativo; envolvimento de agentes; gestão integrada

**Abstract.** The participatory planning promotes the active involvement of the agents with competence, responsibilities and interests in the use and management of the natural resources. There are important benefits from the elaboration and implementation phases of the plan, despite the institutional barriers and sometimes high costs of the process.

The analysis of the context and the agents' perspectives are fundamental steps preceding the participatory process, regarding the development of planning process. The integrated management of participation aims a higher efficiency of the process and of the plan's implementation.

This paper aims to present and discuss the development of participatory approaches in the national forest planning context, analyzing the main costs and benefits and trying to demonstrate the growing importance of public participation at the planning process level.

**Key word:** participative planning; agents' involvement; integrated management

**Résumé.** La planification participative favorise la participation active des agents avec des compétences, des responsabilités et des intérêts dans l'utilisation et la gestion des ressources naturelles. Elle contribue avec des avantages importants aux phases d'élaboration et d'exécution du plan, malgré des barrières institutionnelles et des coûts parfois élevés du processus. L'analyse du contexte et des perspectives d'agents sont des étapes fondamentales précédant le procédé participatif associé au procédé de planification. La gestion intégrée de la participation vise une plus grande efficacité du procédé et de l'exécution du plan. Cet article vise à présenter et à discuter le développement des approches participatives dans un contexte national de planification forestière, analyser les coûts et les avantages principaux et démontrer l'importance croissante de la participation publique au niveau des procédés de planification.

**Mots clés:** planification participative; engagement d'agents; gestion intégrée

### Introdução

A gestão florestal sustentável sugere o envolvimento de forma abrangente e eficaz dos agentes com responsabilidades, competências e interesses no sector florestal, seja ao nível nacional, regional ou local. A articulação institucional, o acesso à informação, a comunicação funcional, a capacitação de agentes, os incentivos à participação, são alguns dos aspectos estruturais que reforçados nos processos de planeamento podem contribuir para uma maior sustentabilidade da floresta em Portugal.

Se por um lado o planeamento evolui num sentido tecnológico, com recurso à utilização de meios informáticos e instrumentos como os sistemas de informação geográfica, por outro evolui num sentido sociológico, mediante a aproximação das pessoas, nomeadamente dos agentes chave, aos processos de planeamento e gestão. Esta aproximação pretende conseguir maior participação desses agentes, em quantidade e qualidade, com base em processos estruturados e em metodologias diversas, no sentido de potenciar a circulação de informação. Hoje os processos de planeamento são tão importantes quanto o conteúdo dos planos resultantes (POXON, 2001). Há a

consciência de que um processo de planeamento desenvolvido de forma participada e abrangente pode significar um maior sucesso na implementação do próprio plano.

O termo participação pública refere-se à participação institucional directa ou ao processo pelo qual as preocupações, as necessidades e os valores do público são incluídos no processo de tomada de decisão governamental (KANGAS *et al.*, 1996). Este é um tema que tem vindo a ganhar relevância, existindo uma literatura abundante sobre a aplicação de mecanismos participativos em diversos países.

A participação pública no processo de tomada de decisão é estudada no âmbito das ciências políticas e das teorias de desenvolvimento. No âmbito da primeira, o debate em torno da democracia e da cidadania, especialmente num contexto de planeamento regional e local, defende a participação como princípio fundamental numa democracia moderna. No âmbito da segunda, o uso sustentável dos recursos encara a participação como um método ou um conjunto de indicações e práticas para o envolvimento de agentes-chave ou do público em geral, em actividades específicas de planeamento (esta divisão pode ser sumariada na questão da participação

ser um fim ou um meio para atingir um fim ou, (NELSON e WRIGHT, 1995) como a distinção entre participação "instrumental ou transformadora").

No quadro de processos de planeamento e do envolvimento de agentes, estes estudos evidenciam a importância da participação. Instituições como UICN (BORRINI-FEYERABEND, 2000), a Comissão Europeia (DAVIES, 1999), a FAO (FAO, 2000) reconhecem esta importância. O planeamento feito em ciclo fechado, meramente técnico e administrativo tende a evoluir num sentido de maior abertura e de envolvimento de diversos agentes.

#### **Participação: benefícios, custos e obstáculos**

A participação pretende melhorar a qualidade das decisões, reconhecendo mais agentes e o público em geral como fonte legítima de conhecimento e ideias para as decisões. Permite também incorporar valores diversos nos processos de decisão já que existem grandes diferenças entre técnicos, políticos, cidadãos e investigadores, na percepção das realidades (BEIERLE e KONISKY, 2001). Mais especificamente no que diz respeito à gestão dos espaços florestais, a função da participação é assegurar que os valores sociais envolvidos no uso das florestas se reflectem no tipo de gestão praticada (KWEIT e KWEIT, 1987 cit *in* KANGAS *et al.*, 1996).

A participação visa também reduzir o potencial de conflitos entre interesses em competição (KNOOP e CALDBECK, 1990 cit *in* KANGAS *et al.*, 1996). Os processos de decisão colaborativos, ao contrário dos confrontativos, podem reduzir o grau de litígio e diluir posições

extremadas que caracterizam tantos processos de decisão ambiental. O processo de decisão em gestão florestal tem particularidades que o diferenciam de outros processos de tomada de decisão (e.g. diversidade de bens e serviços, mercados múltiplos ou inexistentes; horizontes temporais e espaciais muito dilatados). Estas são características que potenciam o conflito (KANGAS *et al.*, 1996). Os gestores florestais não actuam, portanto, apenas sobre objectos físicos. A gestão florestal envolve em larga medida a gestão do conflito entre valores e interesses diversificados.

A participação procura também restituir confiança nas instituições governamentais, baseando-se na necessidade de inverter o declínio da confiança pública verificado ao longo das últimas décadas. Ao nível do público em geral, a participação tem ainda um papel educativo e informativo essencial, contribuindo para aumentar a sua compreensão sobre os problemas relativos ao uso e gestão dos recursos naturais. Em primeiro lugar, a informação oferece ao público a possibilidade de poder exercer melhor a sua cidadania, por exemplo, identificando violações ambientais. Em segundo lugar, um público informado está mais sensibilizado para contribuir para a resolução de problemas, tendo maior capacidade e vontade de o fazer. Em terceiro lugar, no contexto do processo de decisão, a educação ajuda o público a construir a capacidade de formular alternativas e de discutí-las com os representantes governamentais e especialistas.

No entanto, apesar dos benefícios da participação, existem também custos e desvantagens associadas. A participação pode envolver uma maior morosidade

de processos e um aumento dos custos administrativos. O risco de predomínio de agentes com mais meios, mais organizados, com melhor acesso a informação e mais capacitados para processos deste tipo, pode obscurecer a participação de outras partes envolvidas. A participação também pode levar ao desenvolvimento de expectativas exageradas e comprometedoras da confiança no processo (DAVIS, 1996 cit *in* BUCHY e HOVERMAN, 2000). O desenvolvimento de processos participativos é prejudicado pela inércia institucional, pela sua falta de vontade e de abertura em disponibilizar informação e para constituir processos de decisão transparentes e acessíveis ao envolvimento público (BLOOMFIELD *et al.*, 2001). Mesmo a falta de colaboração e cooperação entre as próprias instituições acaba por dificultar a comunicação institucional. A falta de experiência e conhecimento por parte das instituições dos métodos necessários para conduzir um processo de discussão pública e de técnicas para assegurar um envolvimento eficaz dos diversos agentes, também prejudica o processo participativo. Por outro lado, a falta de sensibilização e compreensão dos agentes e do público em geral dos seus direitos básicos de cidadania, contribui para que a actual participação em processos de planeamento seja figura relativamente pouco relevante no sentido em que é pouco participada e eficiente.

### **Participação pública no planeamento florestal português**

A participação pública tem ganho importância nos últimos anos, mas não é nenhuma novidade ao nível do planeamento florestal. Desde 1901, ano da instituição do Regime Florestal pelo

Decreto de 24 de Dezembro, que a participação do público é considerada no quadro legislativo nacional. De acordo com esse diploma, a criação de perímetros de arborização deveria ser sempre precedida de um inquérito público destinado a averiguar "os usos e costumes dos povos das localidades" e os "inconvenientes que da aplicação do regime florestal possam resultar para os povos". Através da realização de sessões públicas, procurava-se recolher "alvitres... para melhor se harmonizarem os interesses dos povos... com a natureza e urgência dos trabalhos a executar no terreno" (DGF, 2002).

Hoje os interesses em causa são mais diversos, o número de agentes envolvidos é muito maior, o conhecimento técnico e científico dos intervenientes é mais profundo, os problemas são mais complexos, o nível de degradação é mais visível, surge a percepção das externalidades, o assumir dos princípios da equidade, da precaução e da gestão ao nível do ecossistema. Actualmente conhece-se melhor o sistema nas suas componentes ambientais, sociais e económicas havendo um crescente nível de integração das matérias. Tudo isto obriga a que os mais diversos agentes sejam envolvidos de forma mais eficaz.

É importante salientar, neste contexto histórico, que Portugal tem sido um país com um papel relevante no Processo de Helsínquia, do qual emergiram na Conferência de Lisboa duas resoluções e uma declaração que salientam o empenhamento dos Estados-membro no reforço da parceria entre a sociedade e o sector florestal. Das resoluções L1 e L2 salientam-se os seguintes aspectos (MADRP, 1998):

- Os estados signatários comprometem-se a promover a interacção entre a actividade florestal e a sociedade em geral, garantindo um nível adequado de *participação, educação, relações públicas e transparência* na actividade florestal (L1, Parte I, Ponto 1);

- Os estados signatários comprometem-se a desenvolver, aos níveis adequados, um diálogo com o público e continuar a desenvolver as condições para a *participação das partes interessadas* e relevantes no *desenvolvimento de políticas e programas florestais* (L1, Parte II, Pontos 1 e 2);

Neste sentido foram definidos diversos indicadores relativos à participação do público, designadamente a "existência de quadros legal e regulamentar, e em que medida proporcionam oportunidades para a *participação do público nas políticas florestais e nos processos de decisão* sobre as florestas", a "existência de um quadro institucional que *reforce* os mecanismos institucionais para o *envolvimento das populações locais e das organizações não-governamentais na tomada de decisão*" e, finalmente, a "existência de *meios informativos* para executar o quadro político, e a capacidade para *aumentar a participação do público nos processos de tomada de decisão* relacionados com a aplicação de políticas florestais".

É hoje um facto assente que um maior diálogo entre o sector florestal e o público em geral é uma das componentes básicas da *gestão florestal sustentável*, como foi salientado na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento ou na Convenção de Combate à Desertificação.

Em termos de processos nacionais actualmente vigentes são de referência obrigatória dois marcos na participação

do público em processos relevantes para o sector florestal. A regulamentação da Lei de Bases da Política Florestal (Lei nº 33/96, de 17 de Agosto), que contou com a contribuição de dezenas de entidades e que teve como um dos pontos altos o *Workshop* realizado em Tróia em Janeiro de 1997; e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa, em 1998 e 1999, generalizadamente reconhecido como um exemplo de colaboração eficaz entre a Administração Pública Florestal e os diversos agentes do sector. Estas duas figuras da política florestal nacional são a base do ordenamento florestal.

Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal e os Planos de Gestão Florestal são actualmente os instrumentos básicos para gerir a floresta respectivamente à escala regional e local. O desafio da integração espacial dos planos de ordenamento consiste também em integrar ou envolver as componentes não florestais do território (CHAUVIN, 2002). Os processos de planeamento, de acordo com os seus objectivos e características, possuem também necessidades próprias em termos de participação e envolvimento de agentes. Cada Plano Regional de Ordenamento Florestal abrange uma vasta área geográfica e tem uma forte componente estratégica, pelo que os agentes a envolver mais directamente deverão ter maior capacidade de intervenção a esta escala. Por outro lado um Plano de Gestão Florestal assume-se como um instrumento mais técnico e operacional em que pode nem haver a necessidade de desenvolver um processo participativo. No entanto se se estiver a tratar de um Plano de Gestão Florestal para uma área sob a responsabilidade de uma Assembleia de Compartes, em caso de território de Baldios, em que os

interesses possam ser diversos ou haja necessidade de articulação e de tomada conjunta de decisões, pode fazer todo o sentido desenvolver uma abordagem participativa para fomentar um debate mais orientado e para obter decisões mais consensuais e suportadas.

### **Os agentes do sector florestal português**

O sector florestal envolve diversos agentes que directa ou indirectamente se relacionam entre si e com outros sectores e que possuem diferentes objectivos, responsabilidades e competências (WEISS *et al.*, 2002). O planeamento participativo inclui todos estes grupos de agentes e fomenta o envolvimento, a cooperação e a comunicação entre instituições e agentes com responsabilidades no uso e gestão dos recursos florestais.

Os benefícios do planeamento participativo traduzem-se numa maior consciência e visibilidade das questões florestais, com reconhecimento mútuo de posições e experiências e na criação de um ambiente de confiança entre os diversos agentes (LOIKKANEN *et al.*, 1999). A gestão florestal sustentável envolve uma melhor percepção do conjunto de bens e serviços disponíveis por parte dos intervenientes, a partilha de diferentes experiências de utilização e um conhecimento mais perfeito das relações de oferta e procura. Neste contexto, podem ser considerados três grupos principais de agentes: instituições públicas (e.g. administração central, regional e local como ministérios, secretarias de Estado, direcções regionais, institutos públicos, autarquias, comunidades urbanas), instituições

privadas (e.g. empresas, associações de produtores e proprietários florestais) e instituições da sociedade civil (e.g. associações de defesa do ambiente, associações de desenvolvimento local). O estabelecimento de parcerias entre agentes é crítico no âmbito de uma lógica de desenvolvimento integrado (ROBERTS e LLOYD, 1999).

Neste contexto, os planos devem assumir-se como uma estratégia que os diferentes agentes do território definem como orientadora, já que só com uma co-responsabilização e um envolvimento pró-activo destes será possível atingir os objectivos definidos. A interacção entre as instituições deve ser pautada por uma lógica de governância, em que o conjunto de regras, processos e práticas é desenvolvido com responsabilidade, transparência, abertura, participação, coerência, eficiência e eficácia. A maior aproximação entre instituições é fundamental, havendo necessidade de aumentar o seu funcionamento em rede. A criação de parcerias entre agentes é fundamental no sentido de criar sinergias económicas e de contribuir para a sustentabilidade económica do sector florestal.

Os grupos organizados devem ter oportunidade de se pronunciar no âmbito dos processos de decisão. Para além disso, por forma a garantir a representatividade, os grupos de interesse devem estar bem definidos, apesar de alguns poderem apenas surgir ao longo do processo, que deve ser adaptável a novas entradas de participantes. As posições e opiniões destes grupos devem ser activamente procuradas pelos serviços a quem cabe a tomada de decisão (KANGAS *et al.*, 1996).

### **Processos de planeamento participativo**

O sucesso do processo de planeamento está bastante dependente da contribuição representativa do público numa fase inicial (BLAHNA e YONTS-SHEPHARD, 1989). O envolvimento do público deve ser estimulado, podendo ser utilizados métodos presenciais e interactivos. Em termos metodológicos, para que um processo participativo possa ser desenvolvido de forma eficaz, pode fazer sentido considerar três fases.

#### *Análise do contexto processual*

A primeira fase pode ser designada por análise do contexto processual e decorre no âmbito da definição do processo de planeamento. Analisa-se o enquadramento legal (e.g. identificação das exigências legais de participação do plano), analisa-se o enquadramento político-institucional, os recursos humanos e financeiros disponíveis, a escala espacial do plano (e consequentemente o seu nível mais estratégico ou mais operacional) e analisam-se alguns indicadores empíricos que indiquem como poderá decorrer o processo (e.g. o nível de confiança na instituição responsável ou o grau de conflitualidade potencial).

#### *Análise de agentes*

A segunda fase consiste numa análise de agentes (pessoas, grupos ou instituições interessadas directa ou indirectamente no processo de planeamento e gestão). A análise dos agentes visa identificar os principais intervenientes a envolver no processo participativo e avalia os seus interesses e a forma como esses interesses afectam a

viabilidade do processo de planeamento. Esta fase conclui-se com a definição de grupos de agentes (e.g. proprietários florestais, decisores, técnicos, organizações não governamentais, público em geral), sendo cada um caracterizado em termos de interesses, objectivos, conflitos, o que permitirá diagnosticar qual o nível de envolvimento e de informação a disponibilizar e desenvolver propostas específicas de participação. A análise de agentes poderá ser apoiada e fundamentada por metodologias de entrevista, consulta ou inquérito.

#### *Desenvolvimento de processo participativo*

A terceira fase consiste no desenvolvimento do processo participativo, com base nos resultados obtidos nas fases precedentes. No caso de existirem comissões consultivas (e.g. Comissão Mista de Coordenação) há que criar condições para que estas possam funcionar de forma eficaz e para que não sejam apenas figuras legais sem aplicação. No início do processo de planeamento há que estruturar calendários de reuniões e disponibilizar informação apropriada (simplificada e orientada para a discussão de pontos chave), anteriormente às reuniões, com o envolvimento dos agentes relevantes, de forma a garantir alguma eficiência ao processo.

Para além dos conselhos consultivos, que são a figura principal da participação pública aquando dos processos de planeamento em Portugal (para além das eventuais sessões de discussão pública finais) podem ser desenvolvidas muitas outras acções no sentido de aproximar os agentes dos processos de planeamento. Podem ser organizados eventos como *workshops* participativos, seminários

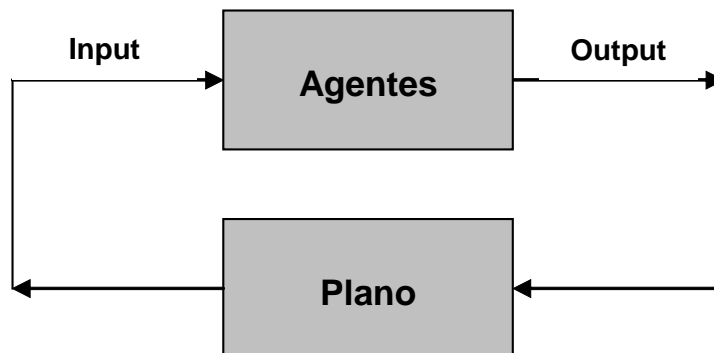
temáticos, sessões de divulgação e esclarecimento, reuniões informais, sessões de *open house*. A diversidade de métodos a desenvolver depende bastante dos objectivos dos planos (NEW ECONOMICS FOUNDATION, 2001).

A circulação de informação é a chave de todo o processo pelo que devem ser produzidos materiais de divulgação ao longo do plano, visando atingir os agentes alvo. Relatórios de síntese, boletins informativos, brochuras, apresentações, devem poder ser disponibilizados em formato papel ou digital. A componente de inovação e de criatividade é bastante importante e deve ser empregue com o objectivo de melhor informar e de melhor receber informação. A comunicação deve ser bidireccional e baseada em informação clara, curta e concisa.

Neste processo, o plano é encarado enquanto instrumento de comunicação, cujo processo de elaboração deve ser interactivo e abrangente (Figura 1), decorrendo de forma cíclica, com fluxos

de informação constantes entre agentes e responsáveis pela elaboração do plano. A circulação de informação deve assim ser estimulada de modo a chegar aos diversos públicos-alvo (gestores, técnicos, políticos, proprietários, associações, investigadores, ONGs, cidadãos).

A selecção das técnicas a utilizar nesta terceira fase deve considerar os vários atributos de decisão. Os mais importantes incluem o nível de partilha de autoridade na decisão, o nível requerido de interacção, a dimensão e o tipo de audiência, a percepção da credibilidade do público, a familiaridade com o formato do encontro, os requisitos para a implementação (competências, tempo, limitações geográficas, custos) e a orientação (competitiva - colaborativa) (REC, 1996). Pretende-se conciliar a situação específica de decisão, os grupos de interesse afectados e os recursos disponíveis com as técnicas mais apropriadas de forma a alcançar as metas e objectivos estabelecidos.



**Figura 1** – Interação entre plano e agentes no âmbito do processo de planeamento



### Considerações finais

A participação pública contribui para apoiar as fases de elaboração e implementação dos processos de planeamento. Em consequência, um investimento em participação pode corresponder a um melhor conteúdo final e eficácia dos planos. Neste contexto, a capacitação das instituições para poderem conduzir processos participativos é fundamental, nomeadamente no que respeita à moderação, mediação de conflitos e alcançar de consensos, numa lógica de eficácia e de equidade.

Haverá também que resolver alguns problemas estruturais ligados com a responsabilização e comprometimento das instituições para com o definido nos planos, que deverão ter associados mecanismos financeiros para garantir a sua aplicação. A melhoria da articulação institucional e o reforço da circulação de informação são também pontos prioritários a desenvolver continuamente.

Os processos de planeamento no âmbito florestal devem ser desenvolvidos de forma mais aberta e participativa de modo a garantir um maior sucesso. Há que encontrar incentivos para estimular uma gestão florestal articulada em termos de objectivos, instituições, meios humanos e financeiros e circulação de informação, em que se consiga capacitar os agentes e desenvolver um maior espírito de cooperação.

### Bibliografia

- BEIERLE, T., KONISKY, D., 2001. What are we gaining from stakeholders involvement? Observations from environmental planning in the Great Lakes. *Environment and planning C: Government and Policy* **19** : 515-527.
- BLAHNA, D.J., YONTS-SHEPHARD, S., 1989. Public involvement in resource planning: toward bridging the gap between policy and implementation. *Society and Natural Resources* **2**(3) : 209-227.
- BLOOMFIELD, D., COLLINS, K. FRY, C., MUNTUN, R., 2001. Deliberation and inclusion: vehicles for increasing trust in UK public governance? *Environment and planning C: Government and Policy* **19** : 501-513.
- BORRINI-FEYERABEND, G., 2000. Co-management of natural resources: Organizing, negotiating and learning-by-doing. IUCN, Yaoundé, Cameroon. <http://nrm.massey.ac.nz/changelinks/cmnr.html>
- BUCHY, M., HOVERMAN, S., 2000. Understanding public participation in forest planning: a review. *Forest Policy and Economics* **1** : 15-25.
- CHAUVIN, C., 2002. The scaling of technical issues addressed in Integrated Management Plans. In *The Formulation of Integrated Management Plans for Mountain Forests*. Bardonecchia, Italy.
- COGAN, E., 1992. *Successful public meetings. A practical guide for managers in government*. Jossey-Bass Inc. San Francisco. 135 pp.
- DAVIS, G., 1996. *Consultation, public participation and the integration of multiple interests into policy making*. OECD, Paris.
- DGF, 2002. *Guião para a elaboração dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal*. Gabinete de Coordenação dos PROF. Lisboa.
- FAO, ECE, ILO, 2000. Public Participation in Forestry. *Report of Team of Specialists on Participation on Forestry*. Joint Committee Team of Specialists on Participation in Forestry. Working Paper 163, International Labour Office/Sectoral Activities Department, Geneva, 138 pp.
- KANGAS, J., LOIKKANEN, T., PUKKALA, T., PYKÄLÄINEN, J., 1996. A participatory approach to tactical forest planning. *Acta Forestalia Fennica* **251** : 24.

- KNOPP, T.B., CALDBECK, E.S., 1990. The role of participatory democracy in forest management. *Journal of Forestry* **88**(5) : 13-18.
- KWEIT, M.G., KWEIT, R.W., 1987. Citizen participation: enduring issues for the next century. *National Civic Review* **76** : 191-198.
- LOIKKANEN, T., SIMOJOKI, T., WALLENIUS, P., 1999. *Participatory approach to natural resources management*. A guide book. Forest and Park Service. Finland.
- MADRP, 1998. *Terceira Conferência Ministerial para a Protecção das Florestas na Europa*. Declaração Geral e resoluções adoptadas. Lisboa. 64pp.
- NELSON, N., WRIGHT, S., 1995. *Power and participation development. Theory and Practice*. Intermediate Technology. London.
- NEW ECONOMICS FOUNDATION, 2001. *Participation works! 21 techniques of community participation for the 21<sup>st</sup> century*, 103 pp.
- POXON, J., 2001. Shaping the planning profession of the future: the role of planning education. *Environment and planning B: Planning and design* **28** : 563-580.
- REGIONAL ENVIRONMENTAL CENTER, 1996. *Awakening participation: building capacity for public participation in environmental decisionmaking*. Szentendre.
- ROBERTS, P., LLOYD, G., 1999. Institutional aspects of regional planning, management and development: models and lessons from the English experience. *Environment and planning B: Planning and design* **26** : 517-531.
- WEISS, G., WEBER, M., SCHONENBERGER, W., 2002. New silvicultural and planning paradigms for integrated mountain forest management. In *The Formulation of Integrated Management Plans for Mountain Forests*. Bardonecchia, Italy.